

OS BILHÕES DE VALÉRIO

Relatório da CPI dos Correios revela movimentação financeira de oito empresas de Marcos Valério no período de 2000 a 2005. Sub-relator Gustavo Fruet aponta indícios de corrupção ativa e passiva



RESULTADOS Delcídio (C) recebe documento de Adylson Motta (segundo à direita) e defende relatórios parciais

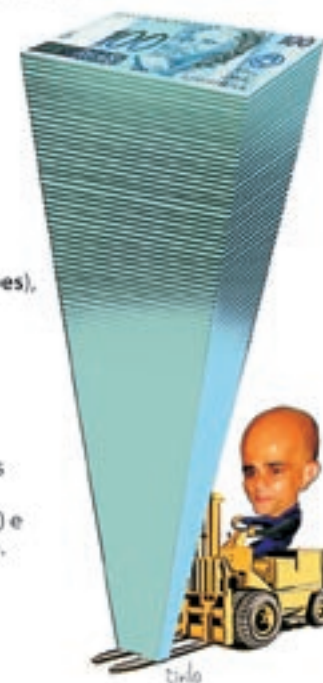
Em cinco anos, quase R\$ 5 bi

Oito empresas de Marcos Valério movimentaram, de 2000 a 2005, o total de R\$ 4,9 bilhões. As que tiveram maior movimentação foram: DNA Propaganda (R\$ 2,6 bilhões) e SMP&B Comunicação (R\$ 1,8 bilhão).

Os maiores depositantes nas contas das empresas de Marcos Valério foram: Banco do Brasil (R\$ 369,5 milhões), Teles (R\$ 150,2 milhões), Visanet (R\$ 91,4 milhões), GDF/Terracap (R\$ 74,2 milhões), Eletronorte (R\$ 41,4 milhões), Tesouro Nacional* (R\$ 44,5 milhões), Banco Rural (R\$ 40 milhões), ECT (R\$ 36 milhões), governo de Minas Gerais (R\$ 30,4 milhões), Usiminas (R\$ 26,1 milhões), Fiat (R\$ 21 milhões) e Legislativo de Minas (R\$ 16,5 milhões).

(* Pagamentos em razão das contas dos ministérios do Trabalho e do Esporte

Fonte: Relatório parcial da CPI dos Correios



Página 4

Chefe de gabinete de Lula nega corrupção

Gilberto Carvalho, chefe de gabinete do presidente Lula, negou à CPI dos Bingos ter conhecimento de suposto esquema de corrupção na prefeitura de Santo André (SP) para financiar campanhas do PT.

Página 5

Tumucumaque pode ter plano de desenvolvimento

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovou projeto do senador José Sarney que cria plano de desenvolvimento regional para área do Amapá.

Página 7



DISPOSIÇÃO Na CNI, Renan (segundo à esquerda) afirma que Congresso quer discutir a agenda mínima

Renan cria grupo para desburocratizar

A burocracia inibe o crescimento econômico, gerando um desperdício anual de US\$ 25 bilhões. Essa afirmação foi feita ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, ao instalar o grupo de trabalho da desburocratização e da simplificação das relações do Estado com o cidadão e as empresas. Presidido pelo senador Fernando Bezerra e composto ainda por Ramez Tebet, Luiz Otávio e Rodolpho Tourinho, o grupo deverá apresentar suas propostas em 30 dias. Segundo o presidente do Senado, há no Brasil cerca de 12 milhões de pequenos empreendimentos na informalidade em função de obstáculos burocráticos e tributários. Também ontem, Renan Calheiros participou, na Confederação Nacional da Indústria, de reunião destinada a debater a Agenda Mínima da Governabilidade.

Páginas 5 e 6



AUMENTO Entre os pedidos dos prefeitos, salienta Flexa Ribeiro, está a elevação do FPM

Flexa Ribeiro pede atenção para prefeitos

Ao registrar que nos próximos dias 27 e 28 milhares de prefeitos de todo o país virão a Brasília apresentar pauta de reivindicações ao governo federal, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) fez um apelo à Câmara dos Deputados para que atenda alguns dos pleitos dos Executivos municipais, incluídos na reforma tributária que tramita naquela Casa. Ele citou como exemplo a elevação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em um ponto percentual.

Flexa Ribeiro disse que participou de reunião na segunda-feira, em Belém, com prefeitos dos 143 municípios do Pará. Lá ele expressou seu apoio à pauta que será apresentada ao governo federal, que inclui ainda a definição de um teto de 2% do total da receita líquida do município para o pagamento de precatórios e a renegociação da dívida das prefeituras com a Previdência Social.

– Sabemos que muitas prefeituras estão impossibilitadas de acessar recursos, sejam eles de convênios estaduais ou federais, em virtude da inadimplência com a Previdência e a Receita Federal. É necessário um novo pacto, uma nova renegociação da dívida – defendeu.

José Jorge: país pode ficar sem energia elétrica

■ Senador vê risco de desabastecimento, a partir de 2007, devido à redução do número de novas hidrelétricas

O senador José Jorge (PFL-PE) manifestou em Plenário sua preocupação com a possibilidade de desabastecimento de energia elétrica no país a partir de 2007. Ele denunciou uma forte queda na média anual de entrada em operação de novas usinas hidrelétricas a partir de 2003, motivada pelo anúncio feito pelo governo de que a legislação do setor elétrico seria alterada, levando à pa-



SOLUÇÃO José Jorge diz que leilão de novos empreendimentos de geração pode evitar racionamento de energia

realização dos investimentos. – O último leilão de empreendimentos de geração foi realizado em julho de 2002. De lá pra cá, o governo não conseguiu realizar nenhum novo leilão, em que pese haver

anunciado repetidas vezes que iria licitar 17 novos empreendimentos, em fase de obtenção de licenciamento ambiental.

De acordo com o senador, mesmo que todos estes novos empreendimentos fossem licitados, gerando um acréscimo de mais 2,7 mil megawatts ao sistema elétrico nacional, seriam insuficientes para atender o crescimento da demanda anual brasileira, que já ultrapassa os 3,5 mil megawatts.

– Vencer os entraves ambientais, que não podem ser tantos nem tão insuperáveis, e leiloar novas concessões de geração é a única saída para que não haja, em breve, um novo racionamento de energia elétrica.



PARALISAÇÃO Lúcia Vânia: extinção de projeto impede que municípios goianos recebam benefícios

Lúcia Vânia lamenta fim do Projeto Alvorada

Lúcia Vânia (PSDB-GO) criticou o governo federal pelo descaso que estaria dispensando aos municípios do nordeste de Goiás, detentores do menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado. Ela também lamentou a extinção do Projeto Alvorada pelo atual governo, iniciativa que carrega recursos federais para esses municípios e que chegou a ser premiada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

– A falta de continuidade de projetos não permite que a sociedade seja atendida pelos programas sociais – analisou a senadora.

Agenda

Sessão destinada a debates

A sessão de hoje, marcada para as 9h, é não-deliberativa, destinada aos debates dos parlamentares, comunicados da Mesa e das lideranças, além da apre-

sentação de propostas. Os primeiros oradores inscritos para falar na tribuna são os senadores Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) e Marco Maciel (PFL-PE).



Renan participa de eventos em Alagoas

Às 9h, o presidente do Senado, Renan Calheiros, participa da inauguração do novo Aeroporto Internacional de Maceló, Zumbi dos Palmares. O convite partiu do governo de Alagoas, da Empresa Brasileira

de Infra-Estrutura Aeroportuária e do Instituto Brasileiro de Turismo. Às 15h, Renan participa de desfile cívico alusivo às comemorações do 188º aniversário da emancipação política de Alagoas.

CDC completa 15 anos

A Rádio Senado apresenta hoje, às 20h, uma reportagem especial sobre os 15 anos do Código de Defesa do Consumidor (CDC), lei que se tornou a mais poderosa arma contra os abusos de comerciantes e fornecedores, entre outros.

Fale com o Senado

O serviço Alô Senado, disponível 24 horas por dia, recebe ligações gratuitas de todo o território nacional pelo telefone 0800 612211. As perguntas e reclamações são encaminhadas aos órgãos competentes do Senado Federal.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Mikhail Lopes
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



REVITALIZAÇÃO Oeste gaúcho terá situação socioeconômica recuperada com federalização, afirma Paulo Paim

Paim comemora federalização de universidade

Paulo Paim (PT-RS) comemorou em Plenário a decisão da Comissão de Educação (CE) de aprovar projeto de sua autoria que autoriza o Poder Executivo a federalizar a Universidade da Região da Campanha (Ucam), localizada em Bagé, no oeste do Rio Grande do Sul. Ele assinalou a importância da medida para estimular a recuperação socioeconômica da região.

– A Ucam levará para aquela região produção científica e tecnológica, além de ajudar na redução dos altos índices de desemprego ali verificados – avaliou Paim.

Uso do FGTS em qualquer sistema de habitação

■ Projeto que vai à sanção visa dinamizar a construção civil e aumentar o nível de emprego no país

O Plenário aprovou ontem duas emendas da Câmara a projeto de lei do Senado que permite a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na compra de casa própria em qualquer sistema de financiamento habitacional. A matéria segue agora à sanção

do presidente da República.

A legislação vigente só permite a utilização de recursos do FGTS no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, restrição que, para o autor da proposta (PLS 586/99), então senador Carlos Patrocínio (TO), prejudica a liberdade individual e acaba tendo efeitos negativos sobre o sistema econômico".

A proposta – que havia sido aprovada, em decisão conclusiva, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) – seguiu para a Câmara no ano 2000, onde foi acolhida emenda suprimindo

o prazo para que o Executivo regulamente a matéria. Segundo o relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), o Supremo Tribunal Federal considera inconstitucional que o Legislativo fixe prazo para que outro Poder exerça determinada competência. Outra emenda visou adequar o texto à técnica legislativa.

Conforme a proposta, o FGTS poderá ser usado na liquidação ou amortização do saldo devedor em qualquer sistema desde que o mutuário não seja proprietário de outro imóvel.

Identificação do corretor de imóvel

Na sessão de ontem, foi aprovada a redação final do projeto de lei que torna obrigatória a identificação do corretor no registro de escritura pública de compra e venda de imóvel. Conforme a proposta (PLC 38/04), a identificação do corretor deverá incluir endereço completo, número no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou Jurídica (CNPJ) e no Conselho Regional de Corretores de Imóveis (Creci), além do valor recebido como honorários.

Atendimento integral à saúde

Vai à sanção presidencial projeto de lei da Câmara dos Deputados aprovado ontem pelos senadores que substitui, no Estatuto da Criança e do Adolescente, a expressão "atendimento médico" por "atendimento integral à saúde".

Segundo o relator da matéria (PLS 42/05) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE), a mudança no texto do estatuto contribuirá para que crianças e adolescentes tenham, realmente, direito a um atendimento integral à saúde.

– É a garantia do direito a atendimento médico, odontológico, psicológico, fisioterápico e de outras áreas científico-profissionais que lidem com a saúde – afirmou o parlamentar.

Dentista deve deixar de receitar anabolizantes

Projeto de lei da Câmara dos Deputados que retira dos dentistas a possibilidade de prescrever medicamentos contendo substâncias anabolizantes, restringindo esta prerrogativa apenas aos médicos foi aprovado ontem pelo Plenário. Em razão de mudança introduzida na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), por meio de emenda do relator, senador Augusto Botelho (PDT-RR), o projeto voltará ao exame dos deputados.

O PLC 66/04 altera a Lei 9.965/00, que impõe restrições à venda de anabolizantes. Augusto observa, no parecer, que a lei permite a aquisição dessas substâncias mediante receita emitida por médico ou dentista, embora os anabolizantes não tenham qualquer aplicação na prática odontológica.

Assim, o relator do projeto na CAS encampou a idéia de limitar aos médicos a permissão para prescrição dessas substâncias, o que ajudaria a coibir possíveis abusos em sua utilização. A emenda aprovada pelo Senado não altera o mérito da proposição. Apenas promove ajustes do ponto de vista da clareza, concisão e atualização.



SOLUÇÃO Proposta relatada por Valdir Raupp corrige omissão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Pais de alunos autorizados a criar escolas

Também foi acolhido ontem pelo Senado projeto de lei da Câmara que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para incluir pais de alunos como possíveis instituidores de escolas comunitárias, na forma de cooperativas. A matéria segue para sanção presidencial.

O projeto (PLC 21/05) recebeu parecer favorável do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), na Comissão de Educação. Segundo o relatório, o texto original da LDB, ao prever a criação de instituições de ensino por alunos e professores, omitiu os pais, que desempenham relevante papel na formação de cooperativas escolares".

Faltam 7,2 milhões de moradias

Iniciativas como o projeto aprovado pelo Senado combatem um dos maiores problemas brasileiros: o déficit de moradias. Segundo dados do Ministério das Cidades, esse déficit chega a **7,2 milhões** de unidades residenciais.

- Nas cidades, faltam **5,4 milhões** de unidades.
- No campo, o déficit habitacional é de **1,8 milhões** de unidades.

Dona-de-casa pode pagar só R\$ 22,95 por mês ao INSS

Toda dona-de-casa cujo marido tenha renda inferior a R\$ 623,44 poderá contribuir para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pagando apenas 7,65% sobre o salário mínimo (R\$ 22,95 por mês), e não 20%, como permitido para os segurados facultativos.

Isso é o que determina projeto de lei aprovado ontem pelo Plenário do Senado. Como foi acolhido por meio de substitutivo, a proposta passará por uma segunda votação e, depois, retornará à apreciação dos deputados, já que foi modificado pelos senadores.

O relator do projeto, senador Augusto Botelho (PDT-RR), concordou com a idéia geral da proposta da Câmara (PLC 25/04), mas sugeriu pequenas alterações. O parlamentar argumenta que o atual gasto mínimo de R\$ 60, em contribuição previdenciária para as donas-de-casa de baixa renda, é muito elevado e que a redução irá atrair para a Previdência Social um elevado percentual dos mais de 20 milhões de donas-de-casa do país.

A mulher que se enquadrar na nova situação terá direito a todos os benefícios (auxílio-doença, maternidade, entre



EFICÁCIA Augusto Botelho lembra que proposta também beneficia mulheres separadas

outros) e sua aposentadoria corresponderá ao valor de um salário mínimo, desde que tenha atingido a idade de 60 anos.

O projeto concede o mesmo benefício a homens que façam apenas trabalho doméstico em sua casa e cuja mulher tenha no máximo a renda de R\$ 623,44.

Augusto Botelho acredita que, se transformada em lei, a proposta irá resolver um problema social grave, que são as donas-de-casa separadas de seus maridos ou companheiros estáveis. Mulheres nesta situação, acrescenta o parlamentar, não têm direito a aposentadoria e enfrentam dificuldades na velhice.

Solução para municípios criados até o ano 2000

Transcorreu ontem a primeira sessão de discussão, em segundo turno, de substitutivo à proposta de emenda à Constituição (PEC) que prevê uma excepcionalidade na aplicação das exigências constitucionais para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.

O substitutivo foi elaborado pelo relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). O primeiro signatário da proposta em discussão é o senador Luiz Otávio (PMDB-PA).

Pelo substitutivo à PEC 12/04, as regras em vigor, introduzidas pela

Emenda Constitucional 15/96, não deverão ser aplicadas aos municípios criados, incorporados, fundidos ou desmembrados por lei estadual publicada até 31 de dezembro de 2000, desde que já tenha havido mais de uma eleição municipal nessas localidades.

Caso a proposta de mudança na

Constituição venha a ser aprovada em segundo turno pelos senadores, e depois, em dois turnos pelos deputados federais, deverá ser regularizada a situação de 53 municípios brasileiros que enfrentam dificuldades legais pela ausência de regras de transição após a edição daquela emenda constitucional.

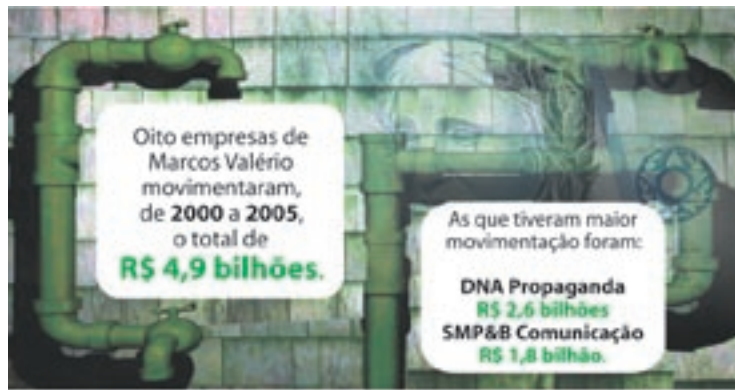


"Não há empréstimos entre Marcos Valério e o PT", afirma sub-relator da CPI dos Correios; parlamentares rejeitam convocação de Adhemar Palocci, mas decidem ouvir presidente da seguradora Interbrazil; TCU apresenta relatório sobre contratos dos Correios

CPI descobre bilhões de Marcos Valério

O sub-relator de Movimentação Financeira da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), apresentou relatório gerencial reunindo dados já analisados pela comissão. Fruet afirma que o resultado das investigações revela indícios de falsidade ideológica, corrupção ativa e passiva, tráfico de influência, improbidade administrativa e crimes contra o sistema financeiro.

Entre as informações já processadas pela CPI, o sub-relator destacou a diferença expressiva no volume de movimentações feitas pelas empresas de Marcos Valério antes e depois



de 2003. Nesse período mais recente, as movimentações anuais ultrapassaram R\$ 1 bilhão. Fruet informou terem sido analisadas 75 contas do empresário Marcos Valério em nove bancos diferentes.

O sub-relator chamou aten-

ção também para ligações telefônicas feitas pelo ex-chefe de departamento dos Correios Maurício Marinho (cujo flagrante de recebimento de suposta propina de R\$ 3 mil deu início às investigações) e diversas instituições públicas e

privadas, como BrasilTelecom, Eletronorte e Eletronuclear. Sobre a análise desses dados telefônicos, disse ter-se baseado em ligações realizadas a partir de 2003.

A equipe técnica da comissão está debruçada sobre 2,8 milhões de registros telefônicos. Já foram identificadas, por exemplo, 991 ligações internacionais geradas da agência SMP&B. Ainda de acordo com o relatório de Fruet, a Presidência da República recebeu 182 ligações da SMP&B; 36 da DNA Propaganda e oito de Delúbio Soares de Castro nos últimos dois anos. Foram localizadas, a partir da Presidência da República, 106 ligações para a SMP&B; 12 para

a DNA e 65 para o ex-ministro José Dirceu.

Fruet acredita que os empréstimos feitos por Marcos Valério ao PT "foram feitos para não serem executados". Na sua opinião, isso fica "cada vez mais claro frente à fragilidade das garantias oferecidas". O sub-relator chegou a citar o exemplo de um empréstimo em que uma parcela teria sido paga antes mesmo de o crédito ter sido contratado junto ao banco BMG.

– Não há empréstimos entre Marcos Valério e o PT. E, se houvesse, caracterizaria, no mínimo, agiotagem. Mas parece que Marcos Valério vai pagar a conta – comentou.

Delcidio: relatórios parciais aceleram os trabalhos

O presidente da CPI dos Correios, senador Delcidio Amaral (PT-MS), afirmou ontem que a CPI vive um "momento fundamental": tem informações sistematizadas e noção clara da objetividade que deve pautar o trabalho. O presidente espera apresentar os resultados das investigações até o dia 15 de dezembro, data definida para encerramento dos trabalhos da comissão.

Delcidio observou que deverão ser apresentados até lá relatórios parciais, para acelerar os trabalhos. Segundo o sub-relator da CPI, deputado Gustavo Fruet, um próximo relatório parcial deverá ser entregue dentro de um mês.

O senador reafirmou a importância de contratar uma auditoria externa especializada para auxiliar o trabalho dos técnicos da comissão.

– É fundamental a contratação de uma auditoria especia-

lizada para dar suporte e queimar etapas – disse Delcidio, observando que as investigações da CPI dos Correios estão focadas na origem dos recursos que alimentaram as contas do empresário Marcos Valério.

O relator da comissão, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), informou que os problemas que motivaram a decisão do Supremo Tribunal Federal de interromper o processo contra alguns parlamentares acusados aconteceram na Câmara dos Deputados e não na CPI. Esses parlamentares alegaram que não tiveram direito de ampla defesa. Serraglio disse, em reunião administrativa, que os deputados acusados de envolvimento com o esquema do "mensalão" foram intimados pela CPI para se defender, o que fizeram por escrito.

Serraglio declarou ainda que a CPI "está próxima de diversas conclusões de investigações".

Presidente do BMG vai depor quinta-feira

As sub-relatorias da CPI dos Correios já têm depoimentos agendados para a próxima semana. Na quinta-feira, a sub-relatoria que investiga as agências de publicidade DNA e SMP&B e as fontes financeiras irá ouvir, às 14h, o presidente do banco BMG, Ricardo Guimarães. Já a Sub-Relatoria de Contratos vai receber, às 14h, o ex-diretor de Operações dos Correios, Maurício Madureira. Às 17h, deverão depor representantes da empresa Beta, Ioannis Amerssonis, Michel Atiê Júnior e Antônio Leite Filho.

O presidente da CPI, Delcidio Amaral, anunciou a intenção de ouvir Toninho da Barcelona em conjunto com as CPIs dos Bingos e do Mensalão.



PRUDÊNCIA Entre Asdrúbal Bentes (D), Delcidio Amaral e Osmar Serraglio, o ministro Adylson Motta pede "cuidado" na divulgação de dados

TCU apresenta relatórios sigilosos sobre contratos

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Adylson Motta, apresentou ontem à CPI dos Correios relatório sigiloso sobre as investigações que o tribunal vem realizando nos contratos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Informou que até o final do mês deverá apresentar o relatório final sobre o assunto, mas, enquanto esse texto não é publicado, pediu "cuidado" na divulgação dos dados que constam do documento apresentado aos

parlamentares.

Adylson Motta informou ter destacado 10% dos técnicos do tribunal para as investigações ligadas à CPI dos Correios. Segundo o ministro, 114 técnicos realizam os trabalhos no próprio TCU e outros oito atuam diretamente na comissão. Ele chamou a atenção para a complexidade dos trabalhos, já que o tribunal começou analisando 31 contratos e hoje já lida com 54. Apenas um deles, exemplificou, tem 28 mil notas fiscais para serem analisadas.

Aprovada convocação do presidente da Interbrazil

A CPI dos Correios aprovou ontem a convocação dos presidentes da seguradora Interbrazil, André Marques da Silva, e da Susep (Superintendência de Seguros Privados), René Garcia Júnior. A CPI rejeitou a convocação de Adhemar Palocci, irmão do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e ligado à Interbrazil.

André Marques e René Garcia vão prestar esclarecimentos sobre denúncia veiculada na quarta-feira pela TV Globo indicando que a Interbrazil pagava contas do PT para ter informações privilegiadas e conseguir contratos com o governo Lula. A Susep deve explicar por que só decretou a liquidação

da empresa, que enfrentava dificuldades financeiras, em agosto deste ano. Suspeita-se, conforme notícia publicada na Agência O Globo, que o processo tenha demorado por causa da ligação da seguradora com Adhemar Palocci.

A CPI também aprovou uma série de requerimentos em bloco, entre

os quais um que pede providências ao Banco Central, ao Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para promover o rastreamento e o bloqueio das contas no exterior do publicitário Duda Mendonça e de sua sócia, Zilmar Fernandes.



Ideli diz que não há prova contra assessor de Lula; Efraim afirma que comissão age de forma transparente e independente; Jefferson Péres elogia decisão da Câmara; Renan lembra que liminar mostra importância de a apuração respeitar processo legal

Renan destaca importância do direito de defesa

Em reunião ontem na Confederação Nacional da Indústria (CNI), onde foi debatida a Agenda Mínima para a Governabilidade, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim, de conceder liminar para suspender os processos de cassação de deputados reforça a necessidade de que as investigações sejam feitas com a garantia do direito de defesa.

Segundo Renan, a decisão de Jobim mostra a importância de que as investigações ocorram com o respeito ao devido processo legal.

– Com a responsabilidade do cargo de presidente do Congresso, afirmo que a decisão do Supremo Tribunal Federal que suspendeu os processos para o cumprimento de prazo do direito de defesa é uma decisão constitucional, não fere o princípio da separação dos Poderes. Precisamos aprofundar as investigações dentro do processo legal – disse.

O presidente do Senado ressaltou que a única maneira de o Congresso reaver o respeito e a confiança da população é mediante a investigação e a punição exemplar dos que precisam ser punidos.

Debate

Quanto à agenda proposta pela CNI, Renan afirmou que o Senado e o Congresso continuam de portas abertas para discutir-la. “É uma agenda do Brasil e precisa ser entendida, defendida e materializada”, argumentou. Ele ressaltou que a chamada MP do Bem – a medida provisória que reduz a tributação sobre diversas áreas do setor produtivo – é um ponto importante da agenda mínima.

– Uma questão urgente é a dívida com a Previdência Social. Mais de 50% das prefeituras estão inadimplentes, e isso precisa ser resolvido porque, sem pagar as dívidas, o município não recebe recursos nem dos estados, nem do governo federal, e isso piora a situação, que já é dramática – observou.

Chefe de gabinete nega envolvimento em propina

Ao depor ontem na CPI dos Bingos, Gilberto Carvalho, chefe de gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, negou as acusações de que integrava um esquema de arrecadação de propinas na prefeitura de Santo André (SP), informaram alguns senadores que participaram da reunião secreta da comissão.

Carvalho foi acusado na CPI pelo médico João Francisco Daniel, irmão do ex-prefeito petista de Santo André Celso Daniel – assassinado em janeiro de 2002 –, de ter conhecimento de suposto esquema de corrupção para alimentar o caixa dois de campanhas eleitorais do PT.

Conforme João Francisco, o próprio Carvalho revelou a ele e a membros de sua família que recolhia dinheiro arrecadado pela prefeitura de Santo André



OITIVA Presidente da CPI dos Bingos, Efraim Morais (D) ouve depoimento de Gilberto Carvalho em reunião secreta da comissão de inquérito

das empresas de ônibus do município e o levava para o então presidente do PT, José Dirceu. Segundo o líder do PFL, José Agripino (RN), Carvalho negou todas as acusações. Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, considerou inaceitável que o chefe de gabinete não tenha

processado João Francisco. Tião Viana (PT-AC) afirmou que as explicações de Gilberto Carvalho foram “muito satisfatórias”.

O presidente da CPI, Efraim Morais (PFL-PB), preferiu não opinar sobre possível acareação entre os dois.

Convocação foi para atingir Lula, protesta Ideli

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) protestou, ontem, contra a convocação do chefe de gabinete pessoal do presidente Lula, Gilberto Carvalho, que foi ouvido ontem pelos integrantes da CPI dos Bingos.

– É inadmissível colocar uma pessoa com a sua história de vida nessa situação com base em uma declaração sem apresentação de nenhuma prova. Além disso, o que é que tem a ver Santo André com o objeto da CPI, que são os bingos, os jogos? O único objetivo dessa atitude foi tentar atingir o presidente – advertiu.

Ideli fez referência a artigo da



CONTESTAÇÃO Ideli afirma que caso de Santo André nada tem a ver com o objeto da CPI, que são os bingos

colunista Tereza Cruvinel, em que afirma que a crise política do país se transformou numa espécie de guerra, mas “sem convenção de Genebra, sem

limites mínimos de civilidade”. Em aparte, a senadora recebeu apoio de Tião Viana (PT-AC).

Ideli fez ainda registro de reunião entre a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e representantes empresariais do Sul para tratar do impacto do reajuste do gás sobre diversos setores produtivos.

Segundo informou, a ministra se comprometeu a fazer uma reunião com a Petrobras e os setores que vivem o problema para debater a possibilidade de alteração das bases contratuais que regulam o setor, com vistas a modificar cláusulas prejudiciais.

Efraim rebate críticas de Ideli à CPI dos Bingos

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), rebateu críticas da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que reclamou, em Plenário, da convocação do chefe de gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho, para depor na comissão. Efraim disse não ver motivos para queixas, uma vez que o depoente foi tratado com respeito pelos parlamen-

tares, teve o pedido de sessão secreta atendido e, na sua opinião, fez uma “boa oitiva”.

Conforme explicou, qualquer pessoa convocada a prestar esclarecimentos a comissões de inquérito tem a obrigação de comparecer, independente do partido a que pertença ou da posição social que ocupe. O senador informou que o requerimento de convocação

de Gilberto Carvalho foi solicitado por Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), cujo partido é aliado do governo. Assim, rechaçou a atitude de Ideli de “atirar na CPI dos Bingos”, sustentando que a comissão não engaveta requerimentos e age de forma transparente.

Em aparte, o senador José Jorge (PFL-PE) solidarizou-se com Efraim Morais.



PUNIÇÃO Para Jefferson Péres, os deputados acertaram ao cassar o mandato de Roberto Jefferson

Jefferson Péres elogia decisão da Câmara

Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que a Câmara cumpriu seu papel, cassando o mandato do deputado Roberto Jefferson por ampla maioria. Para o senador, é importante esclarecer o cidadão comum que a Casa não poderia ter agido de forma diferente.

– Ele participou do esquema de corrupção e, por divergências a respeito do montante destinado a seu partido, resolveu falar. Além do mais, é réu confesso, recebeu R\$ 4 milhões e não prestou contas – disse.



RIGOR Almeida Lima sugere limites à divulgação de pesquisa para dar legitimidade ao processo eleitoral

Almeida Lima quer restringir pesquisa eleitoral

Almeida Lima (PMDB-SE) afirmou que, ao se discutirem mudanças na legislação eleitoral, não se deve esquecer o papel das pesquisas eleitorais. Para o senador, a corrupção não é o único fator que leva à ilegitimidade do processo eleitoral, que permanecerá enquanto não se restringir a divulgação de pesquisas.

Almeida Lima lembra que recentes pesquisas eleitorais foram questionadas quanto à sua validade e utilização.



NORMALIDADE Para Arthur Virgílio, Câmara dos Deputados deu demonstração de maturidade

Virgílio diz que crise fortalecerá instituições

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), afirmou que o Brasil sairá fortalecido do "teste de fogo" a que estão sendo submetidas suas instituições, principalmente o Congresso. Disse que a Câmara funcionou dentro da normalidade, na quarta-feira, embora sem a presença do seu presidente, Severino Cavalcanti, "e cumpriu o que se esperava, votando a cassação do deputado Roberto Jefferson".

– A Câmara mostrou que é uma Casa madura, autônoma e que é capaz de acionar seu mecanismo de autodefesa.



EXEMPLO Ramez Tebet observa que o Congresso Nacional "está cumprindo seu dever"

Há esperança apesar da crise, afirma Tebet

Apesar da crise, o Congresso Nacional vive uma "oportunidade ímpar" de se salvar perante a opinião pública, segundo afirmou ontem Ramez Tebet (PMDB-MS).

– O momento é de crise, mas é também de esperança. O Congresso está cumprindo seu dever. As CPIs estão funcionando. Além disso, a cassação de Roberto Jefferson também mostra que estamos trabalhando dentro da lei. Vamos dar o exemplo para resgatar a dignidade da sociedade.

Tebet disse ainda que "o país não perdeu inteiramente sua consciência moral".

Renan cria grupo para reduzir a burocracia

■ Presidente do Senado destaca que entraves geram desperdício de US\$ 25 bilhões por ano ao Brasil

O presidente do Senado, Renan Calheiros, instalou ontem o grupo de trabalho da desburocratização e da simplificação das relações do Estado com o cidadão e as empresas. Ao justificar a criação do grupo, o senador ressaltou que a burocracia é um fator inibidor do crescimento econômico. Como exemplo, lembrou que US\$ 25 bilhões por ano são desperdiçados em razão de entraves burocráticos.

O grupo de trabalho é pre-

sido pelo senador Fernando Bezerra (PTB-RN) e composto ainda pelos senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Luiz Otávio (PMDB-PA) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA). Eles vão trabalhar para oferecer à Presidência do Senado, no prazo de 30 dias, um conjunto de propostas para diminuir o excesso de regulamentação e a burocracia.

Obstáculos

De acordo com o presidente do Senado, no Brasil há cerca de 12 milhões de pequenos empreendimentos na informalidade em função de obstáculos burocráticos e tributários. Ele também afirmou que a migração para um modelo de desburocratização das relações do Estado com o cidadão e com as empresas requer decisão de

natureza política.

Renan divulgou que os custos da construção civil são elevados entre 280% e 425% em função da burocracia, conforme dados da Câmara Brasileira de Construção. Também ocorre uma perda de 16% nas vendas externas brasileiras por conta do excesso de regulamentação, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Um dos objetivos do trabalho desse grupo é a simplificação da legislação de abertura e encerramento de empresas. Também será proposta a adoção de um cadastro único para as pessoas jurídicas. O estímulo à formalização de empresas, por meio de políticas específicas dos bancos oficiais, é outra medida que será estudada.

Capiberibe pede orçamento transparente

O senador João Capiberibe (PSB-AP) defendeu ontem a democratização do acesso aos dados do orçamento público. Isso é necessário, segundo ele, para que a sociedade possa controlar os gastos governamentais. Um projeto de lei de autoria de Capiberibe – já aprovado no Senado e atualmente em tramitação na Câmara – prevê a apresentação, na Internet, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do Executivo, do Legislativo e do Judiciário nos âmbitos federal, estadual e municipal.

– Defendo com intransigência o direito do cidadão à informação sobre as suas contribuições – disse o senador.

Para Capiberibe, é preciso que a população tenha controle sobre o aparelho de Estado e possa conhecer em detalhes, "conta a conta", os gastos do governo. Dessa forma, explicou, o cidadão poderá saber como são exercidas as políticas públicas.

– É no detalhe que se pode, por exemplo, saber quanto custam os remédios que faltam nos centros de saúde, enquanto sobram recursos para a malversação e para os desvios. A transparência é necessária, e a Internet é um instrumento fabuloso para isso – declarou.



AVANÇO José Maranhão aponta redução dos índices de mortalidade infantil no país

Maranhão elogia Programa de Saúde da Família

Ao fazer um balanço dos resultados do Programa de Saúde da Família (PSF), após a primeira década de sua implantação no país, o senador José Maranhão (PMDB-PB) considerou-o como uma das iniciativas mais felizes adotadas na área da saúde pelo Estado brasileiro.

Ele ressaltou que o PSF foi um dos maiores responsáveis pela redução dos índices de mortalidade infantil no período de 1990 a 2002. Entre outros benefícios do programa, Maranhão citou, por exemplo, o aumento do número de consultas pré-natais, a redução do número de mortes decorrentes de complicações no parto e a ampliação da cobertura vacinal.

Ele afirmou, porém, que a implantação em grandes cidades enfrenta problemas na contratação de médicos em tempo integral, uma das exigências do PSE.

Ana Júlia quer menos juro e mais investimento

Depois de anunciar que votará no domingo em Raul Pont para a presidência nacional do PT, a senadora Ana Júlia Carepa (PA) defendeu mudanças na condução da política econômica, "mas sem nenhuma aventura". Para ela, o país não pode mais conviver com uma política de juros altos e elevados cortes nos investimentos estatais.

– Estou convencida de que o primeiro passo para resgatar o nosso PT é ter a lucidez e a coragem de assumirmos nossos erros, punindo os culpados e separando o joio do trigo – destacou.

A senadora sustentou que Raul Pont tem condições de "refundar" o PT por ser preparado e íntegro. Lembrou que ele já foi prefeito de Porto Alegre, além de deputado.

– Votarei em Raul Pont porque o PT não surgiu para ser um partido de costas para o povo, com uma direção que fica encastelada, distante das lutas sociais e a serviço deste ou daquele grupo econômico ou de pressão – acrescentou.

Ana Júlia se dirigiu aos partidários "que pensam em abandonar tudo e desistir".

– Simplesmente, não temos esse direito. O PT representou e ainda representa a esperança de milhões de brasileiros.



CUMPRIMENTOS Eduardo Suplicy ressaltou acordo obtido pelo ministro Luiz Fux, do STJ

Suplicy aplaude decisão sobre conflito agrário

Eduardo Suplicy (PT-SP) cumprimentou o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Fux, por ter conseguido acordo que resolveu uma disputa pela fazenda Três Barras, localizada na região de Araçatuba (SP).

– Esse tipo de procedimento é o que mais agrada o próprio espírito do governo Lula – disse.

Já Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) comentou que a prática do ministro Luiz Fux seria útil se ocorresse em todo o país. Ele lamentou a invasão de terras, principalmente no sul da Bahia.



EXPECTATIVA "Peço que se indenizem os proprietários e se mantenham os índios em suas terras", diz Suassuna

Suassuna cobra solução para reserva indígena

Ney Suassuna (PMDB-PB) manifestou confiança no resultado do julgamento que o Supremo Tribunal Federal (STF) deveria fazer ontem do recurso apresentado pelos usineiros contra a homologação da Reserva de Jacaré de São Domingos (PB), onde vivem cerca de 12 mil índios potiguaras.

– Peço que se indenizem os proprietários das terras da reserva e se mantenham os potiguaras em suas terras – disse.

Suassuna esclareceu que o problema surgiu porque a área demarcada era de 4.500 hectares, enquanto a área homologada possui 5.032 hectares.



COMPROMISSO Sarney acompanha, ao lado de Jereissati, discussão e votação de projeto que institui benefícios para parque nacional no Amapá

Tumucumaque terá plano de desenvolvimento

Os municípios no entorno do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no Amapá, vão ser beneficiados por estímulos previstos em projeto que institui plano de desenvolvimento regional para a área. De autoria do senador José Sarney (PMDB-AP), a proposta foi aprovada em reunião realizada ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), ao fim de debate que evoluiu para a decisão de se realizar no âmbito do colegiado uma ampla discussão sobre os grandes parques de conservação do país.

A unidade, de aproximadamente 3,9 milhões de hectares, representa 27% do território do Amapá. O projeto de Sarney (PLS 107/04), relatado pelo senador César Borges (PFL-BA), estabelece tratamento preferencial por parte de instituições de assistência técnica e de crédito federais, bem como

das que recebam recursos da União, a programas e empreendimentos ecologicamente sustentáveis localizados nos municípios do parque. Os empreendimentos poderão receber desconto de 50% nos juros normalmente cobrados.

Sarney, que foi à reunião da CDR acompanhar a discussão da matéria, lembrou que o governo comprometeu-se a executar obras nas vilas e cidades na área do parque, como compensação pelos impedimentos criados ao desenvolvimento de atividades produtivas. Salientou, porém, que os investimentos nunca se concretizaram.

– É uma questão de justiça, porque não é admissível o estado perder tamanha área e as cidades ficarem impossibilitadas de aproveitar riquezas, sem qualquer infra-estrutura – afirmou o senador sobre a matéria, aprovada em decisão terminativa.

Mais uma comissão aprova a profissão de turismólogo

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem parecer favorável à matéria que regulamenta a profissão de turismólogo, a ser exercida por profissionais diplomados em curso superior ou profissionalizante de Turismo. O projeto segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta (PLC 24/03) foi acolhida na forma do parecer da Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça (CCJ), onde foi aprovada emenda que confirma mecanismo do texto original, para concessão de registro a quem já vem exercendo a profissão e não seja diplomado, mas amplia de 12 meses para quatro anos o tempo mínimo necessário de atividade para a obtenção da vantagem.

De acordo com o parecer

do relator, senador Leonel Pavan (PSDB-SC), apresentado na reunião por Valdir Raupp (PMDB-RO), existem hoje, no Brasil, 546 cursos de turismo.

A CDR acolheu também três requerimentos para a realização de audiências públicas. Um deles, assinado pelo senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), defende a discussão sobre a aplicação dos recursos de poupança em financiamentos habitacionais no Nordeste.

Por sugestão do presidente da comissão, Tasso Jereissati (PSDB-CE), a CDR vai debater a recriação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Do mesmo senador, o terceiro requerimento pede audiência para discutir a dispensa de visto de entrada para turistas estrangeiros de alguns países.

Projeto amplia defesa do patrimônio cultural

■ Proposta aprovada na CAS inclui as manifestações populares entre os bens tombados

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) coloca no rol dos crimes contra o patrimônio cultural as condutas atentatórias às manifestações populares de reconhecido valor cultural. Hoje, já é considerado crime o ato de danificar, inutilizar ou deteriorar bens culturais brasileiros tombados ou protegidos por lei, ato administrativo ou decisão judicial. O projeto, de autoria da senadora licenciada Roseana Sarney (PFL-MA), amplia o conceito de bem cultural, incluindo as manifestações populares.

O PLS 47/04 ainda acrescenta à Lei 9.605/98 – que dispõe



RIGIDEZ Roseana propõe penas para criminosos que poderão variar entre um e três anos de reclusão

sobre as sanções penais e administrativas para atos lesivos ao meio ambiente – novas modalidades de dano ao patrimônio cultural. Pela proposta, são considerados delito, com pena de reclusão de um a três anos, atos contra bens de valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental.

– A depredação ocorre muito por não haver legislação pertinente, o que traz prejuízo ao patrimônio público – disse Leonel Pavan (PSDB-SC), relator da matéria.

Em outra votação, a CAS rejeitou as emendas de Plenário apresentadas pelo senador Luiz Otávio (PMDB-PA) ao PLS 226/04, que regulamenta as profissões de enólogo e de técnico em Enologia. A proposição é de autoria dos senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Paulo Paim (PT-RS) e Pedro Simon (PMDB-RS). A comissão aprovou ainda requerimento de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Paulo Paim para realização de audiência pública no próximo dia 29, em Salvador, para discutir questões ligadas à mulher negra e às religiões de matriz africana e instruir o PLS 213/03 (Estatuto da Igualdade Racial).

Os 20 anos do Conselho da Mulher

O Senado realizou ontem sessão especial para celebrar os 20 anos de criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Ao abrir a sessão, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que o maior desafio do CNDM é a implementação efetiva do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que requereu a sessão, fez homenagem ao senador José Sarney (PMDB-AP), que recebeu uma placa por ter criado o conselho em 1985, quando era presidente da República. Seis ex-presidentes do conselho também foram homenageadas: Ruth Escobar, Sylvania Maria Vom Atzingen Auad, Cátia Maria Soares de Vasconcelos, Herilda Balduino de Souza, Solange Bentes Jurema e Emília Fernandes.

Renan Calheiros teve a seu lado, durante a homenagem, Matilde Ribeiro, secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Nilcéa Freire, secretária especial de Políticas para as Mulheres; e Clara Scharf, presidente do Comitê Brasileiro Mil Mulheres. Ele destacou, em seu discurso, que o CNDM é uma conquista de movimentos sociais e de mulheres do Brasil inteiro, que



CAMINHADA Renan Calheiros e José Sarney, entre a ministra Nilcéa Freire (E) e Clara Scharf, durante a sessão em que o Senado homenageou o CNDM

marcou o início da caminhada pela promoção de políticas públicas destinadas a assegurar os direitos e a participação da mulher na sociedade brasileira.

– Foi a partir da articulação do CNDM, junto aos movimentos feministas e de mulheres, aos conselhos estaduais e municipais e à bancada feminina no Congresso, que a Constituição de 1988 acabou incorporando a maioria das reivindicações da “Carta das Mulheres” – afirmou.

Segundo o presidente do Senado, hoje, o maior desafio do conselho é a implementação efetiva do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, lançado em dezembro de 2004.

– Não basta termos leis avançadas se não existem políticas públicas claras, efetivas, em

prol da mulher – destacou.

Renan lembrou também que as mulheres, apesar de representarem 51% da população brasileira, ainda são vítimas de “discriminação absurda” e de violência que “continua manchar nossa dignidade”. Para ele, é preciso que o Congresso se empenhe na aprovação do Projeto de Lei 4.559/04, que tramita na Câmara, propondo a criação de mecanismos de combate e prevenção à violência doméstica contra a mulher.

– Depende de articulação política para sair do papel. E vontade política não irá faltar para nós, que lutamos por um Brasil mais justo e menos desigual, livre da violência e da discriminação, seja ela de gênero ou de qualquer espécie – concluiu.



INFORMAÇÃO Colegiado presidido por Zambiasi (E) aprovou requerimento do deputado Dr. Rosinha para envio de documento à embaixada do Paraguai

Acordo militar Paraguai-EUA gera preocupação

Representação Brasileira da Comissão do Mercosul questiona governo paraguaio sobre o assunto

A Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul decidiu ontem enviar à embaixada do Paraguai uma manifestação formal de preocupação diante das notícias a respeito da cooperação militar deste país com os Estados Unidos – que poderia resultar na construção de bases militares.

A decisão foi anunciada pelo presidente do colegiado, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), após a aprovação de requerimento, nesse sentido, apresen-

tado pelo deputado Dr. Rosinha (PT-PR). Foi acolhido também parecer favorável ao projeto enviado pelo governo – cujo relator foi o próprio Dr. Rosinha – que autoriza o Brasil a doar R\$ 20 milhões ao Paraguai para “modernização da administração aduaneira e redução de desequilíbrios locais”.

Zambiasi comentou notícia atribuída a órgãos de informação das Forças Armadas brasileiras de que militares norte-americanos estariam abrindo pistas de pouso no Paraguai, junto à fronteira com o Brasil.

Na mesma reunião, foi aprovado parecer a acordo de cooperação com o Uruguai no combate ao tráfico de aviões envolvidos com atividades ilícitas. A mensagem foi relatada por Pedro Simon (PMDB-RS).

Comissão quer ouvir Palocci sobre abertura da economia

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, será convidado pela Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul a explicar a proposta de ampliação da abertura comercial do país, a ser submetida à Organização Mundial de Comércio (OMC). A iniciativa partiu do deputado Dr. Rosinha (PT-PR), que sugeriu ainda a participação, no debate, de um representante do Ministério das Relações Exteriores.

Estudo divulgado pelo Ministério da Fazenda prevê a redução da alíquota máxima do Imposto sobre Produtos Indus-

trializados de 35% para 10,5% – em contrapartida a uma maior abertura dos mercados internacionais para produtos agrícolas. Para o deputado, há posições divergentes entre o Itamaraty e a Fazenda que precisariam ser discutidas.

A representação brasileira aprovou também requerimento do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que propõe a realização de reunião com a Comunidade Andina de Parlamentares, no dia 29 de setembro, quando será aberta em Brasília a reunião de chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações.

ACM critica proposta de Lula na ONU

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) chamou de ridícula a proposta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de se cobrar uma taxa de US\$ 2 nas passagens aéreas internacionais, destinada a combater a fome. A sugestão foi feita em pronunciamento na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

– O presidente Lula, por sua falta de consciência cívica, expõe a nação ao ridículo, quando até agora ele nada fez para acabar com a fome – afirmou Antonio Carlos, dizendo falar com a autoridade de quem apresentou o projeto que resultou no Fundo de Combate à Pobreza.

O senador criticou a falta de força do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para impedir que Lula se prestasse a tal papel. ACM pediu empenho aos colegas para exigir que os recursos públicos sejam empregados com seriedade.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) explicou que a iniciativa de cobrança de uma taxa teria partido do presidente francês Jacques Chirac e do presidente do Chile, Ricardo Lagos. Suplicy acrescentou que Lula não fez nada além de se associar ao apelo desses chefes de Estado.

O representante baiano sugeriu que a taxa fosse retirada do lucro dos bancos, de ministros e parlamentares e que a proposta feita por Lula só serviria para fomentar “viagens turísticas” de autoridades.



"RIDÍCULA" ACM critica idéia de taxar em R\$ 2 passagens aéreas para ajudar no combate à fome



INDICAÇÕES Em reunião presidida por Azeredo (C), Ibiapina (D) foi aprovado embaixador no Líbano e Dante Lima junto a Sérvia e Montenegro

Aprovadas indicações para três embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem, por unanimidade, as indicações dos diplomatas Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas, para o cargo de embaixador do Brasil no Líbano, e Dante Coelho Lima, para a embaixada junto a Sérvia e Montenegro. A CRE também acolheu o nome do diplomata Fausto Martha Godoy para ocupar, cumulativamente, o cargo de embaixador do Brasil no Paquistão e no Afeganistão. As mensagens serão agora submetidas ao Plenário.

Segundo o relator da indicação de Ibiapina, senador Pedro Simon (PMDB-RS), as relações diplomáticas entre Brasil e Líbano têm sido pautadas de forma correta, liberal e cordial.

Dante Coelho Lima explicou que a relação comercial das

ex-repúblicas iugoslavas com o Brasil e outros países da América Latina movimentam cerca de US\$ 27 milhões anuais. A mensagem com a indicação de Lima foi relatada por Arthur Virgílio (PSDB-AM).

A indicação de Fausto Godoy foi relatada por Cristovam Buarque (sem partido-DF). O relatório, lido por Roberto Saturnino (PT-RJ), destaca que o intercâmbio comercial entre Brasil e Afeganistão tem crescido desde 1991.

A CRE apresentou ainda parecer favorável ao projeto de resolução do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que institui o grupo parlamentar Paraguai-Brasil. Também receberam parecer favorável da comissão cinco projetos que dispõem sobre tratados internacionais.

Mozarildo defende o agronegócio



Mozarildo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) fez um alerta sobre os obstáculos que limitam as potencialidades do agronegócio brasileiro. Para ele, o crescimento ex-

perimentado pelo setor nos últimos anos poderia ser ainda maior se fossem resolvidos problemas relacionados à sanidade dos produtos e à insuficiência de recursos para a pesquisa agropecuária e a infraestrutura de transportes.

Mozarildo reivindicou ainda soluções para o financiamento de atividades agropecuárias, ao observar que a ausência de mecanismo de prevenção e tratamento de crises sobre o setor deixa os produtores vulneráveis.

Em aparte, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) pediu a criação da Bio-brás, que coordenaria a produção de biodiesel.

Sibá explica conflitos no Acre



Sibá Machado

O senador Sibá Machado (PT-AC) reconheceu excessos cometidos por um policial militar que enfrentou uma manifestação de professores em Rio Branco,

no dia 7 de setembro, mas isentou o governador Jorge Viana de qualquer responsabilidade no episódio. Na quarta-feira, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) havia protestado contra a violência na repressão policial ao ato público. Sibá sustentou que o policial não bateu nos manifestantes, mas admitiu que alguns professores foram presos.

Sobre a denúncia de violência contra indígenas na Serra do Divisor, também mencionada por Mesquita Júnior, Sibá ponderou que o desentendimento surgiu com a reintegração de posse de uma parte do parque nacional, invadida por dissidentes dos nukinis.